

**OS EXILADOS LIBERAIS
PORTUGUESES NO BRASIL: UMA
ANÁLISE EM PERSPECTIVA NACIONAL**

ARTHUR FERREIRA REIS*
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO,
VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

SILVA, Luiz Gustavo Martins da. *Entre penas e impressos: a experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil (1826-1837)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

As comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 2022, movimentaram a academia com diversos eventos presenciais e on-line, além da publicação de uma série de artigos e livros que trouxeram novas reflexões e problematizações sobre o contexto histórico. Entre as obras lançadas, destaca-se *Entre Penas e Impressos*, de Luiz Gustavo Martins da Silva¹, que analisa os exilados e emigrados durante o conflito entre D. Pedro e D. Miguel pelo trono português.

A obra de Silva é fruto de sua dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade Federal de Ouro Preto, entre 2018 e 2019, sob a orientação de Andréa Lisly Gonçalves. Mediante a análise de fontes, o autor apresenta problematizações essenciais para repensar as relações políticas entre Brasil e Portugal e refletir sobre as trajetórias de indivíduos que foram obrigados a ir e voltar de ambos os países em menos de dez anos.

O livro também aborda uma temática pouco explorada pela historiografia, que é a perspectiva de indivíduos e grupos que não concordavam com a independência do Brasil ou com o novo sistema político baseado no liberalismo que se consolidou durante a década de 1820. Ao analisar os emigrados, Silva explora a trajetória de personagens como Joaquim José da Silva Maia e João Crispim Alves de Lima, que foram contra a ruptura com Portugal e foram

¹ SILVA, L. G. M. da. *Entre penas e impressos: a experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil (1826-1837)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

* Realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: arthurfr23@gmail.com.

acusados de serem “absolutistas” por seus opositores. Dessa forma, a pesquisa relaciona-se com outras sobre o período², as quais buscam entender grupos e sujeitos que atuaram durante o processo de independência fora do Rio de Janeiro ou apresentaram ideias distintas daqueles analisados por obras clássicas do tema³. O livro é composto por uma introdução, três capítulos e uma conclusão, além do prefácio de Cláudia Maria das Graças Chaves e da apresentação de André Lisly Gonçalves, que não serão analisadas nesta resenha.

Na introdução, Silva apresenta uma das principais chaves conceituais de sua análise: a experiência. O autor explora as experiências dos exilados portugueses para entender como elas teriam moldado suas atuações políticas. A reflexão é feita a partir de suas trajetórias enquanto exilados, visto que esses homens e mulheres fizeram parte de um grupo que desafiou o poder do rei D. Miguel em Portugal e foram perseguidos, o que os forçou a sair do país.

O destino final desses exilados foi o Brasil, onde foram vistos de forma pejorativa por determinados políticos e jornalistas. Deputados como Bernardo Pereira de Vasconcellos e jornais como a *Aurora Fluminense* os chamavam de “absolutistas” e “agentes do despotismo”. A obra de Silva nos instiga a entender como esses homens, defensores de um regime “liberal” e contrários ao governo absolutista de D. Miguel, transformaram-se, aos olhos de certos brasileiros, em “agentes do despotismo”.

Por se tratar de um livro originado de uma dissertação de mestrado, a introdução é organizada em temas-chave, tais como contextualização, base teórica, problematização e organização da obra. Trata-se de uma introdução bem escrita e objetiva, embora tenha pecado por não explicitar a metodologia utilizada na exploração das fontes ou por não ter exposto de forma mais detalhada a abordagem “transnacional e transatlântica” mencionada pelo autor logo no primeiro parágrafo.

Esse, aliás, é um dos pontos que poderiam ser melhor explorados. Ao longo do desenvolvimento da obra, percebemos que Silva faz referência a um contexto “transnacional” e de intensa circulação de pessoas e ideias no período analisado. No entanto, há pouca discussão sobre e a temática e poucas referências ao debate da Era das Revoluções⁴, deixando uma lacuna historiográfica.

2 Cf. GONÇALVES, A. L. As “várias independências”: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, [s. l.], v. 36, n. 1, jan. 2018; GALVES, M. C. “*Ao público sincero e imparcial*”: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

3 Cf. NEVES, L. B. P. das. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: REVAN, 2003; OLIVEIRA, C. H. L. de S. *A astúcia liberal*. Bragança Paulista: EDUSF; Ícone, 1999.

4 Podemos citar, entre os autores clássicos e um livro referência sobre tema, as seguintes obras: ARMITAGE, D.; SUBRAHMANYAM, S. *The age of revolutions in global context, c.1760-1840*. Londres: Palgrave MacMillan, 2009; GODECHOT, J. *As revoluções (1770-1799)*. São Paulo: Pioneira, 1976; PALMER, R. R. *The age of the democratic revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

O primeiro capítulo, intitulado “Portugal (contra) revolucionário, século XIX (1820-1830)”, tem como objetivo apresentar o contexto em que o governo miguelista estava inserido. Nele, Silva explora as consequências das revoluções liberais ocorridas no mundo ocidental para Portugal, principalmente a Revolução do Porto, de 1820, e as reações contrarrevolucionárias que ocorreram na Península Ibérica.

O capítulo traz contribuições importantes para a discussão sobre o período. Com cuidado, o autor analisa as produções e as atuações de sujeitos e grupos contrarrevolucionários nos espaços públicos. Ele mostra como questões como o fim da inquisição, do veto absoluto do rei e a independência do Brasil desgastaram o liberalismo português, contribuindo para o fortalecimento da contrarrevolução.

Um dos pontos críticos do primeiro capítulo é a delicada discussão em que se atribui ao governo miguelista as características do Estado de exceção, desenvolvido por Giorgio Agamben⁵. A discussão conceitual e historiográfica por vezes flerta com certo excesso, principalmente quando é inserido no debate o conceito de totalitarismo de Hannah Arendt⁶.

Já o ponto alto dessa seção é a breve, porém frutífera, discussão sobre o *popular royalism*. Silva apresenta que essa categoria histórica tem sido utilizada por diversos historiadores, como Marcella Echeverri⁷ e Andréa Gonçalves⁸, para estudar grupos que se opunham ao liberalismo. Embasado nesse conceito, o autor expõe como o alinhamento de determinados setores da população às propostas “reacionárias” estava relacionado à perspectiva de conquistas de novos privilégios e à legitimação de suas próprias demandas.

O segundo capítulo, chamado “O exílio liberal europeu: o contexto de uma dinâmica transnacional e transatlântica” aborda a experiência de exílio de um grupo que se opôs ao regime miguelista a partir de uma perspectiva transnacional e transatlântica. A escrita segue a trajetória factual dos acontecimentos, somada à exploração da literatura. Nele, Silva revela que indivíduos como Joaquim José da Silva Maia e João Crispim Alves de Lima, que durante o processo de independência haviam se oposto à ruptura entre Brasil e Portugal, no fim da década de 1820 haviam não apenas aderido à independência do Brasil, mas também defendiam a causa de D. Pedro em Portugal. A mudança de posicionamento político nos faz refletir sobre a fragilidade das alianças e opiniões nesse momento de intensas alterações políticas.

5 AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

6 ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

7 ECHEVERRI, M. Popular royalist, empire, and politics in Southwestern New Granada, 1809-1819. *Hispanic American Historical Review*, [s. l.], v. 91, n. 2, p. 237-269, 2011.

8 GONÇALVES, A. L. The popular support to monarchy in the context of Liberal Revolutions Brazil and Portugal (1820-1834). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 241-272, 2019.

Tais questões políticas, aliás, permanecem como foco no terceiro e último capítulo do livro, intitulado “Contra o regime de D. Miguel, 1828-1834: aspectos da experiência política de exilados liberais no Brasil imperial”. Nessa parte do trabalho, que se concentra na chegada e estadia dos liberais portugueses no Brasil, o autor apresenta como os exilados foram recebidos e como atuaram na imprensa brasileira. Parte da oposição a D. Pedro I os via de forma bastante negativa. Deputados como Bernardo Pereira de Vasconcellos e jornais influentes como a *Aurora Fluminense* tentaram evitar o desembarque dos exilados e realizaram uma espécie de perseguição política a esses sujeitos.

Silva conta que esse posicionamento se deve à preocupação em “comprometer a tranquilidade, a independência e a liberdade do país”⁹. Tal percepção tem como base a leitura de periódicos como a *Aurora Fluminense* e o *Brasileiro Imparcial*, este último escrito pelo exilado Silva Maia. A polarização atingiu os exilados e influenciou suas atuações políticas. Eles eram acusados de serem déspotas, defensores do Antigo Regime e até mesmo de quererem a reunião das coroas brasileira e portuguesa.

Toda a problemática foi explorada com precisão pelo autor e oferece interessante compreensão sobre a discussão política da época. No entanto, em determinados momentos, parece que aspectos das narrativas políticas são incorporados historicamente por Silva. Um exemplo é quando o autor faz uma certa defesa do então imperador D. Pedro I contra acusações que sofria da oposição no Brasil de ser “absolutista”. O debate seria melhor explorado se Silva abordasse de forma mais detalhada o contexto político. A exploração de obras historiográficas, como as de Iara Lis Franco Schiavinatto¹⁰, demonstra como a oposição do governo acusava o imperador de ser “absolutista” por suas ações, como o fechamento da Assembleia e a censura a periódicos, por meio de uma retórica que pouco tinha a ver com a teorização sobre o que significava um regime “absolutista” ou “autoritário”, categorias históricas que são discutidas rapidamente por Silva.

Acreditamos que o livro em análise aborda um contexto histórico pouco estudado pela historiografia, explorando de forma consistente literatura e fontes primárias. Embora sua principal fragilidade seja a falta de problematização do contexto mais amplo da Era das Revoluções, a obra é uma contribuição valiosa para a temática, abordando a história de revolucionários liberais portugueses por meio de uma perspectiva transnacional e transatlântica. É um livro que

9 SILVA, 2022, p. 13.

10 SCHIAVINATTO, I. L. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

desperta o interesse e o desejo de conhecer mais sobre o tema, escrito em uma linguagem direta e clara, abordando assuntos interessantes e apresentando uma narrativa convincente, que deixa o leitor ansioso pelas próximas publicações Luiz Gustavo Martins da Silva.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARMITAGE, D.; SUBRAHMANYAM, S. *The age of revolutions in global context, c.1760-1840*. Londres: Palgrave MacMillan, 2009.

ECHEVERRI, M. Popular royalist, empire, and politics in Southwestern New Granada, 1809-1819. *Hispanic American Historical Review*, [s. l.], v. 91, n. 2, p. 237-269, 2011.

GALVES, M. C. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GODECHOT, J. *As revoluções (1770-1799)*. São Paulo: Pioneira, 1976.

GONÇALVES, A. L. As “várias independências”: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, [s. l.], v. 36, n. 1, jan. 2018.

GONÇALVES, A. L. The popular support to monarchy in the contexto of Liberal Revolutions Brazil and Portugal (1820-1834). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 241-272, 2019.

NEVES, L. B. P. das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

OLIVEIRA, C. H. L. de S. *A astúcia liberal*. Bragança Paulista: EDUSF; Ícone, 1999.

PALMER, R. R. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton: Princeton Univesity Press, 2014.

SCHIAVINATTO, I. L. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

Recebido em: 18/05/2023 – Aprovado em: 22/05/2023